

Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: reflexões sobre a evolução feminina no Brasil.

Elaine Borges Tardin¹
Murilo Tebaldi Barbosa²
Polliana da Costa Alberone Leal³

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar, ainda que brevemente, a conquista do espaço público feminino, destacando o mundo do trabalho e a luta constante pela emancipação da mulher. Por meio de esquemas inconscientes e pré-reflexivos, perpetuou-se a visão de que a mulher deveria estar restrita ao espaço privado e subjugada à autoridade masculina. Isto perdurou por séculos. Porém, os movimentos feministas em diversos países e contextos, inclusive no Brasil, colocaram em xeque estas e outras questões até então vistas como naturais. Portanto, nos propomos a discutir e refletir sobre tais questões.

Palavras-chave: trabalho, submissão, emancipação feminina, espaço público.

Introdução

Das diversas áreas das Ciências Sociais, um dos temas que vem se consolidando cada vez mais no espaço acadêmico certamente é o de gênero. Porém, ao falarmos de gênero estamos nos referindo exclusivamente às mulheres? Certamente que não.

O conceito de gênero foi formulado pelo movimento feminista norte-americano na década de 1970. Tal conceito rejeita o determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter social. Ou seja, entende que as relações entre os sexos não se dão por um aspecto natural e puramente biológico, mas são construídos histórico e socialmente. E exatamente por este motivo, tais relações são mutáveis. Entendido por Joan Scott (1995, p. 86) como “um elemento constitutivo

¹ Doutoranda e Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, (UENF). Especialista em História do Brasil e graduada em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna. (UNIFSJ). Coordenadora do projeto de iniciação científica “Mulheres na guerra: militarismo, feminismo e representações tradicionais de gênero”, vigente no ano de 2014. Contato: elainetardin@yahoo.com.br

² Graduado em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna, RJ. Integrante do projeto de iniciação científica “Mulheres na guerra: militarismo, feminismo e representações tradicionais de gênero”, com vigência no ano de 2014. Contato: murilotebaldi@hotmail.com

³ Graduanda em História do Centro Universitário São José de Itaperuna, RJ. Integrante do projeto de iniciação científica “Mulheres na guerra: militarismo, feminismo e representações tradicionais de gênero”, com vigência no ano de 2014. Contato: pollianaalberoneleal@hotmail.com

das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira se significar as relações de poder”, o conceito de gênero nos auxilia a compreender como as relações e práticas sociais se constroem, seja entre pessoas do mesmo sexo ou do oposto. Aliás, o aspecto relacional é fundamental nos estudos deste campo.

Assim, ao falarmos da história das mulheres também estamos nos referindo à história dos homens, pois a reflexão sobre gênero só pode ser de fato compreendida se compararmos a relação entre os sexos nos contextos histórico e social.

As interações entre homens e mulheres devem ser constantemente repensadas, uma vez que diferentes contextos históricos definiram quais deveriam ser os papéis designados para homens e mulheres de uma forma excludente, enfatizando uma divisão sexual do trabalho e da vida social. É perceptível como os padrões antigos acabam ainda por condicionar as diferenças entre os sexos, perpetuando assim a desigualdade de condições.

O presente trabalho propõe fazer uma breve análise sobre a trajetória feminina, desde a submissão ao sexo masculino (com destaque para o período entre os séculos XVIII e XX) à luta pela emancipação feminina, destacando os movimentos feministas que lutaram (e ainda lutam) pela igualdade de condições entre homens e mulheres, como por exemplo, a conquista do espaço público e condições laborais igualitárias. Vale ressaltar ainda que enfatizaremos o contexto brasileiro nos séculos XX e XXI, nos questionando de que forma as mulheres ainda não alcançaram a tão sonhada igualdade de condições.

I. A condição submissa feminina: do século XVIII ao XIX

As reivindicações pela igualdade de condições entre homens e mulheres é perceptível desde o século XVIII, com destaque para a obra de Mary Wollstonecraft, "Vindicação dos direitos da mulher", em 1792. Apesar de acreditar que no mundo físico o homem era superior à mulher, denunciava que os homens aproveitavam-se desta superioridade para “nos afundar ainda mais, tornando-nos objetos atraentes por um momento”. O século XVIII iria inaugurar uma série de debates que seriam difundidos no século XIX, em que se pode perceber o nascimento da luta pela emancipação feminina. Porém, também foi um século de

afirmação do poder masculino sob o feminino. Neste contexto, destaca-se a obra do filósofo Jean-Jacques Rousseau, *Emílio ou Da Educação*, publicado em 1762.

A Sofia, de Emílio: o protótipo de mulher ideal

A obra de Rousseau “*Emílio, ou Da Educação*”, publicada em 1762, aborda temas políticos e filosóficos referentes à relação do indivíduo com a sociedade, explicando como o indivíduo pode conservar sua bondade natural e viver virtuosamente a realidade social. É um dos livros mais citados ao se refletir sobre a educação, pois rompe com a pedagogia da essência e defende a pedagogia da existência, ou seja, está preocupada com o homem real, não imagético.

O livro é composto em cinco “livros”: os três primeiros são dedicados à infância de Emílio, o quarto à sua adolescência, e por fim, o quinto refere-se à educação de Sofia – a “mulher ideal” e futura esposa de Emílio.

Apesar de sua denúncia contra um ideal de sociedade intelectualizada e formalizada, opondo-se assim contra o absolutismo monárquico, e contra toda uma ordem social baseada na ostentação, no luxo, no artificialismo, na imoralidade dos costumes e no ceticismo parisiense (Paiva, 2011, p.23), Rousseau não avança no sentido da igualdade de gêneros em sua obra. Vale lembrar que o filósofo é fruto de seu tempo, e por isso não podemos emitir juízo de valor analisando com os olhos dos tempos atuais.

O livro V, que trata da companheira ideal de Emílio, inicia-se com uma visão clássica da religião judaico-cristã: a de que a mulher é uma auxiliadora do homem, que não deve ficar só. É interessante que, enquanto Emílio (representando os homens) é a representação do individualismo romântico e da liberdade em sociedade, a mulher é retratada como uma criatura dependente, pois depende de sua família, seu marido e da sociedade, que a todo momento a julga por sua aparência e ações.

A “natureza”⁴ feminina, por ser fraca, deveria servir para agradar ao homem. A posição sustentada por Rousseau (2004, p. 527) é bem clara quanto à “natureza” feminina: “pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por si mesmas quanto por

⁴ O movimento feminista vai colocar em xeque a visão de natureza, uma vez que gênero se pauta na construção social e histórica, e não há processos concebidos como naturais. Por isto utilizamos o termo entre aspas, por acreditarmos que não haja uma natureza genuinamente masculina e feminina.

seus filhos, estão à mercê dos julgamentos dos homens”. De acordo com esta visão, a mulher é biologicamente inferior ao homem e lhe deve obediência. Além da suposta inferioridade física, há algumas oposições morais entre homens e mulher, segundo Rousseau, como podemos observar na tabela abaixo:

Homem	Mulher
Ativo e forte	Passiva e fraca
Ataque	Defesa
Audácia	Timidez
Modéstia	Vergonha
Desejos ilimitados	Desejos moderados

Pela comparação de atributos masculinos e femininos desta tabela, podemos perceber como, segundo esta visão, cabe à mulher o espaço privado e ao homem o público, uma vez que fraqueza e vergonha não são atributos admiráveis em uma figura que transita pelo espaço público. Assim, a mulher era condenada ao lar e aos deveres domésticos por uma suposta natureza que a havia determinado daquela forma: “o domínio das mulheres não lhes cabe porque os homens o quiseram, mas porque assim o quer a natureza” (Rousseau, 2004, p. 428). A “natureza” feminina deveria ser constantemente controlada, e isto vem desde a infância. Há diferenças cruciais na educação de meninos e meninas: enquanto os meninos eram respeitados em suas vontades particulares, as meninas eram “treinadas” desde a tenra infância para que aprendam a obedecer.

Em relação ao casamento, Rousseau afirma que nada mais natural uma mulher existir em função de sua família, e há diferenciação no nível privado: o homem que trai sua mulher com outras é injusto e bárbaro, mas a mulher que assim procede acaba com a família. Além disso, Rousseau defende que mulher deve ter sempre um cuidado especial com sua aparência, com sua moral, com a forma como os outros a enxergam. Não basta ser, tem que parecer.

Segundo Rousseau, não há a possibilidade de concorrência entre marido e mulher: a escolha deve ser sempre do homem, pois assim se preservaria a harmonia do casal. Isto fica claro quando o filósofo se refere à religião da mulher, que deve ser necessariamente ser a mesma do marido.

Passemos ao tema central de Emílio: a educação. Uma vez que Rousseau percebe as diferenças entre homens e mulheres de uma forma inconciliável, também

há a distinção entre a educação masculina e feminina. Ao contrário do que ocorre com a educação masculina, a mulher deve apenas aprender o “que lhes convém saber” (Idem, p. 432). Mas o que seria a educação ideal para a Sofia de Rousseau?

Uma vez que para Rousseau a mulher nasceu para gerar filhos saudáveis e ser agradável ao marido, “toda a educação da mulher deva ser relativa à do homem” (Idem, p. 433):

Da boa constituição das mães depende inicialmente a dos filhos; do seio das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os costumes destes, suas paixões, seus gostos, seus prazeres, e até sua felicidade. (...) Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que devemos lhes ensinar já na sua infância.

Logo, a mulher não deve ser inculta. Pelo contrário: Rousseau afirma que não convém a um homem educado casar-se com uma mulher sem educação, até mesmo porque ela instruirá seus filhos. Porém, não devemos nos iludir: a mulher deve ser educada, mas nunca deve demonstrar que sabe mais que o marido. Jamais deve deixar de se submeter a ele ou deixar de agradá-lo constantemente. Uma vez que a igualdade de condições não é necessária ao casamento (p. 488), a mulher jamais deve demonstrar algum tipo de superioridade, afinal, “uma mulher intelectual é o flagelo de seu marido, de seus filhos, de seus amigos, de seus empregados, de todo o mundo. Da altura sublime de seu belo gênio, ela desdenha todos os seus deveres de mulher e sempre começa por se fazer homem” (p. 491). Eis um aspecto relacional no que se refere à educação feminina: ela deve ser educada para a glória de seu marido e família, não para si própria, uma vez que para Rousseau, a dignidade da mulher está em ser ignorada, pois seus prazeres estão na honra de sua família (idem). Por meio desta citação podemos perceber que se a mulher abandonar suas prerrogativas “naturais” e cada vez mais parecer com o homem na inteligência, na visão de Rousseau, isto seria lutar contra a própria natureza feminina. Pierre Bordieu (2011, p. 84), ao analisar a dominação masculina, afirma:

O acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de *Double bind* (duplo laço): se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da “feminilidade” e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inaptas à situação.

Por fim, ao mesmo tempo em que Rousseau acha necessário uma mulher ser educada, em momento algum deverá possibilitar às mulheres um “empoderamento⁵” na vida econômica, social e política. Assim, perpetua-se e justifica-se a submissão feminina.

II. A luta feminina e o surgimento do movimento feminista

Segundo Alves e Pitanguy (1985), foram várias as manifestações de luta por igualdade da mulher para com o homem ao longo da história. As autoras destacam o caso das norte-americanas Ann Hutchinson e Abigail Adams que, no decorrer do processo de independência dos Estados Unidos da América buscavam, tanto na religião quanto pela lei, respectivamente, respaldo para a introdução da mulher equiparando-se ao homem, no sentido em que direitos e liberdade de expressão são iguais a ambos. Entretanto, tais manifestações não tiveram êxito algum, sob acusação de inferioridade “natural” da qual as mulheres possuem, sendo sujeitas a diversas punições, como o banimento do meio religioso calvinista a qual pertenciam.

Em comparação ao castigo de Hutchinson, este foi brando em relação a diversos castigos ao longo da história devido a insurreição de mulheres a favor de liberdade e igualdade. Como exemplo temos Olympe de Gouges, escritora francesa que foi condenada e guilhotinada em 1793, acusada de “ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 34). Mediante sua obra “Os Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791”, De Gouges apresentava um texto jurídico original que lutava pela igualdade jurídica, política e social das mulheres. Apesar de derrotada, De Gouges lança sua semente, e aquele século marcaria o início da luta feminina e sua organização política para a busca e defesa de seus direitos.

No século XIX, com o auge do capitalismo industrial, novas frentes de luta feminista apareceram e, neste caso, reivindicando a participação feminina nos meios de trabalho. Hobsbawm (2003) afirma que foi a partir da Revolução Industrial, com a ausência de homens nas fábricas e a necessidade crescente de mão de obra, que as indústrias acabam inserindo as mulheres em atividades, antes feitas apenas pelo sexo oposto, quebrando, mesmo que involuntariamente, uma barreira rumo ao

⁵ Empoderamento é o neologismo de “*empowerment*”, que neste sentido significa o aumento de força política de um grupo socialmente minoritário.

reconhecimento feminino, sendo então percebida. Iniciou-se assim a mudança do padrão da sociedade, dando a mulher um papel a mais em suas funções, pois ela deixa de ser apenas filha, esposa e mãe, e passa a ser trabalhadora. Foi neste momento que de fato ocorreu uma mudança cultural na sociedade ocidental, dando um passo importante para a posterior emancipação da mulher.

Em voga naquele contexto, estava a luta das operárias. Como representantes da classe, Jeanne Deroin e Flora Tristan lutavam pela educação das operárias de forma que fossem inseridas no mercado de trabalho, assim como os homens, tendo autonomia para trabalhar, ter sua liberdade para escolha de trabalho (meio fabril ou doméstico), sem a intervenção masculina.

Era neste momento de revoltas operárias, ao redor do mundo industrializado, que as mulheres, bem organizadas politicamente, buscavam a inserção no mercado de trabalho. O fato é que “através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 41). Entretanto, “a deterioração da formação profissional feminina (...) vem delegar-lhe, em geral, as tarefas menos qualificadas e mais subalternas da produção fabril.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 38). Sendo assim, não há como desvincular a luta feminista pelo mercado de trabalho da luta por uma melhor educação, algo que será discutido com maior destaque posteriormente.

A luta feminina não se restringia somente ao mundo do trabalho. De acordo com Lúcia Avelar (2001, p.11), outras mudanças na sociedade também foram importantes para essa nova mentalidade feminina, iniciada organizadamente no século XIX:

Destacam-se entre essas mudanças o surgimento de novos tipos de família, a ruptura dos padrões familiares patriarcais, as novas formas de produção no mundo do trabalho com impacto sobre as relações sociais, as conquistas das mulheres ao longo do século XX e o amadurecimento de uma consciência feminista, mudanças estas que acabaram por solapar estruturas seculares sobre as quais se assentava a dominação masculina em todas as esferas da vida pública e privada.

Ainda no século XIX o pensador inglês Stuart Mill lançaria uma obra no mínimo corajosa para a época, “A sujeição das mulheres”, de 1869. Apesar do foco de seu livro ser a sujeição feminina em um contexto histórico marcado pela dominação masculina, os argumentos defendidos por Mill vão além da questão feminina: ele pensava que a emancipação feminina era condição necessária para o

progresso da humanidade como um todo, relacionando-a à justiça, liberdade e progresso.

Já no capítulo I Stuart Mill afirma que não está correta a subordinação legal de um sexo a outro, uma vez que este é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano. Ao contrário, deveria haver um princípio de igualdade perfeita, “sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro” (2006, p. 15). Este início já demonstra a proposta renovadora do autor, e o mesmo reconhece que esta tarefa não é nada fácil, pois as ideias da sujeição feminina foram construídas e protegidas por velhas instituições e costumes, e estão de tal forma arraigadas na sociedade que a submissão feminina é percebida como natural.

Stuart Mill questiona a “lei dos mais fortes” que se utilizava para justificar a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, afirmando que no contexto moderno e com o progresso da civilização esta lei já deveria ter sido abolida. Ou seja, é curioso notar como padrões obsoletos ainda eram (e são) utilizados como justificativa para a sujeição feminina, mesmo que tenha havido mudanças significativas na sociedade.

Com relação à educação feminina, destaca-se que o contexto histórico do século XIX (Inglaterra a partir de 1847) começou a ser modificado a partir de aulas para as mulheres em Londres. O próprio Stuart Mill se apresenta como um revolucionário para sua época ao afirmar que o intelecto da mulher não é inferior ao homem. Logo, as mulheres poderiam ocupar os cargos que são ocupados por homens, pois elas possuem as mesmas capacidades intelectuais. Desta forma, o autor coloca em xeque a divisão sexual do trabalho. Porém, mesmo assim, a profissão feminina deveria seguir os padrões de sua natureza específica, a saber, funções ligadas ao lar, como enfermeiras, professoras – o papel auxiliador.

Para Stuart Mill, a submissão feminina em relação ao homem era pior do que uma relação de escravidão, uma vez que de o homem exigia, além da obediência, afeto. Então, a mulher estava sofrendo uma forte opressão tanto no domínio privado (pelo pai ou marido), quanto no domínio público, uma vez que não havia leis que salvaguardassem seus direitos.

Em relação ao casamento, Stuart Mill afirma (2006, p. 49) que ele é o “destino apontado pela sociedade para as mulheres, o objetivo para o qual elas são educadas e elas deveriam alcançar este propósito, exceto aquelas que são pouco

atraentes para serem escolhidas”. Assim, o costume antigo do pai escolher o marido para a filha impedia totalmente a mulher do controle de seu destino, tornando-se muitas vezes um instrumento de troca monetária. Mill afirma que a livre escolha do marido pela mulher, apesar de não ser suficiente, é uma forma paliativa de lidar com o casamento. Ainda afirma: “o casamento é o único cativo real admitido pela nossa lei. Não existem escravos legais, exceto a dona de casa em cada lar”. (p. 114)

De uma forma mais organizada e reivindicativa, surge o chamado movimento feminista. Foi Charles Fourier, filósofo francês, que pela primeira vez utilizou o termo feminismo em 1837. Certamente, não é um termo homogêneo, mas sofreu alterações e importantes destaques ao longo do tempo. De acordo com Alves e Pitanguy (1985, p. 8-9):

(...) o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. (...) busca repensar e recriar a identidade do sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade.

Pode-se entender, portanto, que tal movimento não busca a ascensão da mulher para se tornar superior ao homem, tendo como respaldo as opressões sofridas e falta de espaço na sociedade ao longo da história humana, mas sim a busca pela igualdade (entre homens e mulheres, em diversos objetivos) e pela liberdade (que possa exercer suas vontades e desejos sem o impedimento “natural” do homem, a quem é dita, “subordinada”).

O movimento feminista foi dividido em “ondas”, sendo “a primeira onda” conhecida basicamente pela luta pelo sufrágio feminino. O movimento ganhou força no século XIX e início do XX, e foi reconhecido pela mobilização de mulheres que exigiam o seu direito à cidadania sem questionar os outros papéis domésticos, destacando principalmente o seu caráter político, o direito ao voto (votar e ser votada), direito à educação com ensino igual ao dos homens, habilitando assim, a participação das mulheres na política e posteriormente a ocupação delas nos mesmos cargos dos homens, além do direito ao trabalho remunerado com salário igual por trabalho igual.

O feminismo de “primeira onda” foi mal recebido pela sociedade, pois não se esperava que as mulheres saíssem de suas casas e lutassem por direitos igualitários. Assim, as mulheres que ousavam lutar eram ridicularizadas, sendo

chamadas de mal amadas, solteironas, rancorosas ou mesmo mulheres-homens, como se pode perceber pela figura 1:



Figura 1: Revista da Semana (RJ), nº11, 25/04/1914, p.20.

No início do século XX o movimento feminino que mais chamou a atenção tanto da mídia quanto da opinião pública foi o grupo *Women's Social and Political Union* – WSPU, ou, como ficariam conhecidas, as *suffragettes*.

As *suffragettes* inglesas eram constantemente ridicularizadas pelas sociedades conservadoras em diferentes países, e tinham como principal objetivo a conquista do voto (sufrágio) pelas mulheres, que passou a ser a grande bandeira do movimento feminista de “primeira onda” (ABREU, 2002, p.460):

as sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim.

Assim, no início do século XX o movimento feminista tinha seu foco no voto. Porém, o século traria novos desafios à emancipação feminina, não se restringindo somente às questões políticas, mas sociais, econômicas e particulares. Com novos desafios, o movimento feminista passa a aderir novas demandas.

III. As conquistas femininas do século XX: rumo à igualdade?

Até o início do século XX, com os anos 1910 e 1920, era inimaginável a mulher fora do seu ambiente “natural”: a casa, além de receber e guardar os títulos de “filha”, “esposa”, e “mãe” como “as *únicas* identificações valorizadas da mulher na sociedade” (SCOTT, 2012, p. 15). No caso do Brasil, uma forte característica familiar trazida desde o período colonial – que, embora o século XXI, ainda haja uma presença marcante no meio social – é o sistema familiar patriarcal, ou seja, o ícone da família estava voltada a figura masculina, neste caso, a paterna, o pai, e os demais membros estavam submissos a este – inclusive a mulher (esposa e mãe); o casamento era estritamente monogâmico e indissolúvel. Além disso, a própria mulher era privada de vontades próprias que poderia afetar à família.

O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana. (SCOTT, 2012, p. 16)

Entretanto, se dá no desenvolver deste século relevantes conquistas para a mulher em sua busca pelo espaço público. Para Carla M. Pinsky e Joana M. Pedro (2012), tal século deveria ser chamado de “século das mulheres”. Nada mais justo do que afirmar essa assertiva, pois foi no desenvolver deste que avançou – e muito – os movimentos feministas ao redor do mundo, inclusive no Brasil. De certo, vários foram os fatores histórico-sociais para se entender o motivo dessas vastas lutas em prol da mulher: guerras mundiais (1914-1919) – (1939-1945), que promoveram, em curto prazo, a introdução das mulheres no meio fabril, enquanto homens iam para frente de batalha nas trincheiras. Na verdade, durante as duas guerras mundiais a mulher havia saído de seu espaço privado para nutrir a máquina de guerra dos Estados Unidos e em diversos países. Campanhas publicitárias governamentais eram realizadas a fim de impulsionar a ida feminina para as fábricas, sendo a mais famosa expressa pela figura 2:



Figura 2: "We can do it!" Howard Miller, 1943.

Com o passar dos anos, a mentalidade da sociedade ia mudando, devido a diversos avanços, tais deles com o surgimento da *Belle Époque*⁶, que se tornou de grande importância para o cenário social brasileiro e que afetou, também, o arranjo familiar (SCOTT, 2012, p. 16):

Em meio às campanhas por modernização, um novo modelo de família começou a ser preconizado. Nele, a vontade dos indivíduos (por exemplo, com relação à escolha do cônjuge) ganhava um pouco mais espaço, deixando de estar totalmente subordinada aos interesses coletivos da família comandada pelo patriarca.

Com um novo arranjo familiar, necessitava também de uma “nova mulher”. Esta, agora, começava a ganhar mais “voz” dentro do seu meio social limitado, embora ainda restrita a seus costumes: mãe cuidadosa e esposa dedicada. Esta era a imagem da “família conjugal moderna”. (SCOTT, 2012).

O estourar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – considerando também a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – teve forte influência na reorganização social e, principalmente, ao redor do mundo. Os homens, maridos e pais de família se tornavam agora soldados combatentes nas trincheiras europeias, deixando seus afazeres para o combate. Esta, então, foi uma oportunidade necessária para as mulheres saírem de seu ambiente tido como “natural” (o lar, a família) para as fábricas, de modo que a produção não parasse. Neste momento, não era uma questão de vontade, mas sim necessidade em um âmbito geral. Embora o Brasil não participasse ativamente na guerra, as mulheres já ocupavam os postos de trabalho em meios fabris, graças ao processo de industrialização que ocorria no país, precisamente no início do século XX. Todavia, a mesma situação do cenário mundial acontecia no país: as mulheres perdiam seus postos de trabalho nas fábricas e voltavam a ser primordiais no lar, com o advento do fim da Segunda Guerra, no qual os homens retornavam para seu “lugar de direito”: o mundo do trabalho.

Sendo assim, Ana Scott problematiza: “Será que podemos concluir que as operárias deixaram o trabalho nas fábricas para voltarem inteiramente para o lar e para o cuidado de seus filhos? Elas teriam aderido ao modelo familiar preconizado

⁶ Palavra em francês que significa “Bela Época”. Foi um período de transformações culturais que se estendeu até o início da Primeira Guerra Mundial (1914), que influenciava principalmente nas artes, como pintura, arquitetura etc., como também na intelectualidade da sociedade europeia. Ocorreu no Brasil no mesmo período, estendendo-se até a década de 1930.

pelas classes dominantes?” (2012, p. 18). Um fator importante a ser considerado vem a ser uma resposta plausível, como justificativa para a época: os imigrantes que vieram para o Brasil no início do século, que fugiam ou saíam da Europa arrasada pela guerra, viam no Brasil uma oportunidade de crescimento e estabelecimento financeiro, o que levou a muita mão de obra masculina imigrante tomar os locais de trabalho das mulheres nas fábricas.

Com a falta de oportunidade de trabalho das mulheres neste meio fabril, já que eram explicitamente descartadas, a busca por uma maior independência financeira e profissional – embora na mentalidade da época somente o homem era capaz de sustentar sua família – se deu nos centros comerciais. Esta era vista como uma tarefa mais apta para a mulher. Costumava-se de ver nas décadas de 1930 em diante, mulheres comerciantes que vendiam seus produtos agrícolas. No comércio de rua, entre os vários tipos de ambulantes, muitas mulheres comercializavam verduras, legumes, frutas, flores, ovos, batatas, cebolas, aves, carnes, peixes, leite, pão, entre outros produtos. (...) Também havia as leiteiras, que cotidianamente percorriam um roteiro determinado, visando a freguesia com seus animais (vacas e cabras), oferecendo leite tirado na hora. (MATOS, BORELLI, 2012, p. 129)

Outras profissões, como cozinheiras, faxineiras, costureiras e babás particulares eram muito comuns, pois assemelhavam a trabalhos domésticos e eram vistos como algo prazeroso de ser feito pela mulher, além de ser uma tarefa “natural” a ser cumprida.

Uma profissão muito importante a ser destacada é a do magistério. É no início do século XX, precisamente a partir de 1930, que este ramo era altamente propício para a atuação feminina: trabalhava apenas meio expediente (seja horário da manhã ou a tarde apenas), dando tempo para conciliar com a tarefa de casa, além do que era incumbido a mulher, como mãe, ensinar seus filhos as questões como ética, moral e um bom convívio social (MATOS; BORELLI, 2012). Embora muitas dessas profissões ser de caráter autônomo, diferentemente do magistério, que necessitava de uma formação educacional, com o passar dos anos os novos arranjos sociais impunham características ligadas também ao âmbito profissional. Cada vez mais, a importância de ter um nível de escolaridade alto favorecia na hora de obter um bom emprego, tanto para homens quanto mulheres. Entretanto, havia muitas barreiras para a educação feminina, que a impedia de crescer acadêmica e profissionalmente, estando fadada a permanecer com profissões “do lar”.

Vale ressaltar que o período pós-Segunda Guerra foi marcada por campanhas governamentais realizadas para que as mulheres voltassem para seu “lugar natural”: o lar. Justificavam que seria uma injustiça privar a mulher de seu trabalho doméstico uma vez que já não havia a necessidade dos tempos de guerra. Muitas mulheres retornaram para seus lares, mas a semente da independência financeira havia sido plantada, e colheria seus frutos, de forma mais evidente, a partir da segunda metade do século XX, com ênfase nas décadas de 1960 e 1970, de relevantes transformações para as mulheres.

Pinsky e Pedro (2012) delimitam dois momentos dos movimentos feministas, com referência ao Brasil, ao qual as chamam, antes da década de 1960, de “a era dos modelos rígidos”, e depois, “a era dos modelos flexíveis”. Data-se de tal década – em especial o ano de 1962 – por ter sido incluído no mercado brasileiro a pílula anticoncepcional, como afirma Ana Silva Scott (2012): “(...) a partir dos anos 1960 que as mulheres no Brasil passam a ter acesso a meios contraceptivos mais eficientes (...)”. Sendo assim, as mulheres obtiveram uma maior liberdade sobre o corpo, uma maior autonomia para tomar decisões sobre si mesma. Não desvalorizando as décadas anteriores de luta, mas no decorrer dos anos 1960 e, em especial, os anos 1970, que o movimento feminista no Brasil ganha uma nova roupagem, uma nova ótica de luta: fora as manifestações sobre trabalho e direito ao espaço público. Há também a busca pelo direito do corpo, do prazer, do sexo feminino em evidência na sociedade, não sendo algo de “segundo plano”, mas sim concretizando uma nova representação de uma classe social. A partir de 1960, o movimento de “segunda onda” no Brasil, como ficaria conhecido, caracterizou-se pela ampliação de demandas das mulheres, incluindo as reivindicações referentes à sexualidade, ao corpo, à educação e ao trabalho. As feministas davam ênfase ao fim da discriminação e a total igualdade entre os sexos, criticando a ideia de satisfação em apenas cuidar dos filhos e do lar, buscando igualdade e questionando mais profundamente seu papel na sociedade, assumindo a ideia da mulher como um indivíduo dotado de direitos e não mais como objeto masculino. Além disso, a luta feminista teve como objetivo trazer para o espaço público as reivindicações que até então eram consideradas de ordem privada, causando uma profunda reflexão política a respeito da divisão público/privado.

Considerações finais

A luta pela igualdade feminina permanece sendo um desafio a ser superado mesmo no século XXI. A modernidade e o processo globalizacional não significam melhores condições de vida para grande parte da população, ao contrário, trazem novos desafios às minorias sociais.

No caso brasileiro, em que o patriarcalismo ainda subsiste no imaginário popular, percebe-se a permanência da desigualdade laboral entre homens e mulheres. De acordo com o IBGE ano-base 2014, apesar do aumento real do rendimento feminino, elas ganham em média 68% a menos que os homens⁷, mesmo que sejam mais escolarizadas. O que diferenciaria uma mulher de um homem em uma contratação uma vez que a mesma é ainda mais escolarizada? A resposta para esta pergunta pode ser justificada pela dominação masculina e por esquemas inconscientes e pré-reflexivos que beneficiam o homem por este ser taxado de livre e independente. Para o imaginário social brasileiro, um homem é uma opção mais confortável para o trabalho por não ter licença maternidade, nem tampouco deve faltar o trabalho para levar o filho ao médico, uma vez que esta seria uma obrigação natural feminina, em uma visão patriarcal. Sabemos que esta visão acaba por excluir mulheres que muitas vezes sequer possuem filhos, mas que sofrem este tipo de preconceito simplesmente por serem mulheres. A dominação masculina ainda é um forte entrave para a igualdade de condições entre homens e mulheres, seja no mundo do trabalho, no espaço doméstico ou na vida em sociedade. Torçamos por um tempo em que a mulher não seja condenada simplesmente por sua condição biológica, mas que seja de fato reconhecida por suas capacidades intelectuais.

A busca pelo empoderamento feminino deve permear todos os espaços sociais, perpassando por instituições como escola, família, Igreja, e no mundo acadêmico e do trabalho. Baseados nas reflexões aqui expressas, nos perguntamos qual é afinal o lugar da mulher na sociedade. A resposta é simples: no lugar em que quiser estar.

Referências bibliográficas:

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. *Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos*. Arquipélago –

⁷ Pesquisa do IBGE disponível em <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2747> Acesso em novembro de 2014.

Revista da Universidade dos Açores. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/380> Acesso em outubro de 2014.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COUTO, Priscilla Alves Juvino. **Mulheres e política: percepções e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado produtivo**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 126-147.

MILL, J. S. **A sujeição das mulheres**. Coleção Grandes Obras do pensamento universal, vol 39. São Paulo: Escala, 2006.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 2001.

PAIVA, Wilson Alves. **Emílio: texto e contexto**. *Revista portuguesa de pedagogia*, Ano 45-2, 2011, p. 5-26. Disponível em: <http://iduc.uc.pt/index.php/rppedagogia/article/view/1339/787> Acesso em setembro de 2014.

PERROT, Michelle. **Sexuação da história**. In: HIRATA, Helena (org). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, UNESP, 2009.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCOTT, Ana Silvia. ***O Caleidoscópio dos arranjos familiares***. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 15-42.

SCOTT, Joan. ***Gênero: uma categoria útil para a análise histórica***. Tradução de Christine Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995.